

# Projeto que libera terceirização pode aumentar a corrupção

**O projeto em votação na Câmara dos Deputados não é problema só dos trabalhadores privados. Ele atinge diretamente os servidores públicos**

A terceirização avança a passos largos no Judiciário e nos demais setores do serviço público, ameaçando seriamente a confiabilidade nesses serviços. Se os efeitos serão nefastos para a sociedade usuária dos serviços públicos, muito pior será para nós, servidores, no tocante a salários e condições de trabalho.

Atualmente a lei permite terceirizar atividades meio, mas proíbe a terceirização da atividade fim. No caso do serviço público, a atividade fim é realizada pelos ocupantes de cargos públicos concursados. No entanto cada vez mais assistimos uma legião de outros servidores, não concursados, trabalhando lado a lado nas mais diversas atividades, muitas vezes bem além das atividades meio.

Eles são terceirizados, ganham salários muito menores e não dependem de projetos de lei para criação de cargos. Os cargos da área de segurança estão em processo de extinção. Servidores se aposentam e os cargos são transferidos para a área judiciária ou

administrativa e em seu lugar entram terceirizados. Estes se tornam responsáveis pela segurança do patrimônio, que inclui os sistemas de bancos de dados e a guarda de processos e provas, por exemplo, dos processos da Lava-Jato, da Operação Zelote, do processo do HSBC.

Na Justiça do Trabalho é comum lidarmos com processos cujo resultado pode implicar condenação de milhões, como os dos frigoríficos que massacram trabalhadores em massa ou de outras empresas que utilizam trabalho análogo à escravidão, coincidentemente, em geral, terceirizados como a Zara. Quanto pagarão estes fraudadores de direitos e criminosos pela facilitação do roubo de uma prova física ou do desaparecimento de um arquivo digital? Não é difícil imaginar. A RBS teria pago R\$ 15 milhões para deletar uma dívida de R\$ 150 milhões. Quanto vale um emprego terceirizado de segurança? Muitos assaltos contra carros fortes são realizados por ex-terceirizados das próprias empresas.

**Quinta, 9, Ato dos servidores federais**

**Em debate: O combate à raiz da corrupção**

**16 horas em frente à Justiça Federal**

# Terceirização acaba na prática com o concurso público

No serviço público, terceirizados são contratados por licitação, da mesma forma com que se compra um computador. Quem faz a seleção é uma empresa privada que ganhou a licitação e emprega quem quiser pois não está subordinada às leis que regem a admissão de servidores públicos.

Este sistema é uma fonte comprovada de corrupção. Os salários podem ser baixos ou altos, afinal quem os define é a empreiteira de mão de obra.

São inúmeros os casos de contratações, em estatais ou governos municipais ou estaduais, de empresas que têm facilitada a licitação e depois empregam com altos salários os indicados das autoridades contratantes. Quando a terceirização se torna regra, os cargos efetivos concursados perdem seu valor. Quem vai se preocupar com salários de servidores concursados se eles podem ser substituídos por terceirizados escolhidos a dedo?

## Começa no setor privado e vai direto para o público

O Projeto de Lei que está sendo votado na Câmara esta semana libera a terceirização na atividade fim de qualquer empresa, permitindo que ela contrate um terceirizado muito mais barato para fazer o mesmo que um contratado diretamente, mas que está amparado pela convenção coletiva de trabalho da categoria.

A terceirização é uma forma de precarização dos direitos dos trabalhadores, mas não é um problema apenas do setor privado. Se for aprovado o projeto ele se estenderá de imediato ao setor público transformando-o de novo num grande cabide de emprego como era antes da Constituição de 1988.

A terceirização no setor público segue as nor-

mas do setor privado. Hoje várias centrais sindicais realizam protestos em todo o país contra a liberação da terceirização. A mobilização é a nossa forma de luta mais eficaz. Mas devemos atacar por todos os lados.

O deputado em quem você votou, seja qual for, vai votar a favor ou contra este ataque a direitos. Portanto faça valer a democracia em que vivemos, para além do dia da eleição.

Ligue para o gabinete dele, mande email e manifeste sua opinião veementemente contrária. Cobre seu voto e diga que está vigiando.

Lembre que ano que vem tem mais eleições e ele certamente vai pedir voto para seus candidatos.

### Outdoors exibem luta por reposição salarial e melhoria do serviço público

A semana da Jornada de Lutas dos Servidores Públicos Federais iniciou, em Florianópolis, com outdoors espalhados em dez pontos da Capital com a imagem da campanha salarial unificada dos servidores em SC. "Perda de direitos? Nem que a vaca tussa", afirma o tema da campanha, dirigida à população, com foco na reposição de perdas e na melhoria do serviço público.

A ilustração da vaca se refere à frase que a presidenta Dilma Rousseff disse em 2014, antes da eleição, afirmando que não faria reformas na lei trabalhista que reduzissem direitos dos trabalhadores:

"Nem que a vaca tussa".

Mas, desde março, começaram a valer as medidas provisórias (MPs) 664 e 665, que alteram para pior as regras do seguro-desemprego, abono salarial, seguro defeso (pesca), pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. São oito milhões de trabalhadores prejudicados pelas medidas, segundo as centrais sindicais.

Oito sindicatos de federais de SC participam da campanha, definida em reuniões semanais realizadas desde março. Nesta semana a arte está também na frente do prédio-sede das três Justiças na Capital.